

Políticas públicas, vontade política e conscientização dos níveis decisórios para preservação

*Solange Zuñiga**

Resumo

Partindo das relações entre cultura, política cultural e política pública e analisando o contexto de criação da política de preservação do IPHAN, discutimos o papel do programa de preservação como veículo da democratização das tomadas de decisão em preservação. Defendemos a necessidade de envolvimento dos responsáveis por instituições detentoras de acervo nas decisões referentes à sua preservação e utilizamos a tomada de decisão em preservação como paradigma da democratização deste processo.

Palavras-chave: Política Pública, Preservação, tomada de decisão

Introdução

Fazendo uma viagem no tempo para não muitos anos atrás, entramos em uma “instituição de memória”, detentora de acervo documental, com seus milhares de itens em consulta, outros tantos em depósito. Há um frenético e saudável revoar de documentos, tanto manuscritos quanto impressos, prontos para permitir que deles se extraia informação, a ser elaborada sob a forma de conhecimento. Seguimos em direção à área de guarda. Entre estantes e armários, de metal ou madeira, impossível é não nos darmos conta de que, ainda que todos repousem, a alguns foram dadas melhores condições para este repouso: estão limpos e envolvidos em papéis especiais, colocados em estantes, gavetas ou armários adequados, em flagrante contraste com outros, que parecem não merecer o mesmo tratamento.

A quem cabia decidir o destino a ser dado aos documentos? Quem decidia quais documentos deveriam sobreviver? Como eram tomadas essas decisões? Baseadas em que normas, em que informações, em que evidências eram determinadas as possibilidades de vida e morte de um documento? Quem decidia como cuidar e quem assumia a decisão de “descuidar”?

O histórico desta tomada de decisão costuma nos remeter a indivíduos, profissionais que graças a determinadas circunstâncias assumiam a decisão sobre o destino da documentação. Circunstâncias estas que poderiam significar um cargo de direção, relacionado ou não à área de conservação da instituição, como, por exemplo, o cargo de diretor de um departamento ou de chefe de seção, que decidiam, ou ainda decidem, na dependência de seu gosto pessoal ou da intuição do momento. Esta decisão poderia, ainda, o que aliás era muito comum, ser tomada pelo responsável pelas atividades de conservação da instituição, na maioria das vezes, chefe do laboratório de conservação.

Se por um lado a responsabilidade na tomada de decisão, podendo migrar das mãos de profissionais isolados para grupos de

profissionais, traria a sensação de “perda” de poder para aqueles que, tradicionalmente, decidem, por outro lado, e sob a ótica dos acervos, essa migração traria inúmeros benefícios. Estamos aqui nos referindo às instituições que, em alguma medida, passaram ou passariam a adotar os preceitos da conservação preventiva, incorporando, desta forma, uma nova maneira de pensar o conjunto instituição/acervos. Ainda que se reconheça o inevitável caráter subjetivo das tomadas de decisão, estas agora estariam respaldadas por ampla representação institucional, além de critérios e políticas a lhes possibilitar consistência e, na medida do possível, imparcialidade.

Sobre a cultura e suas políticas

No âmbito deste trabalho, vamos utilizar o conceito de política pública forjado por Enrique Saravia, professor da Escola Brasileira de Administração da Fundação Getúlio Vargas. Segundo Saravia, ao falarmos de política pública estamos, nos referindo a um “sistema de decisões, estimuladas por uma autoridade, que se traduz em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a modificar ou manter a realidade de um ou vários setores da vida social, através da determinação de fins últimos, objetivos e estratégias de atuação” (SARAVIA, 2001, p.66). Ou, resumidamente, a política pública seria “um sistema explícito e coerente de fins últimos, objetivos e meios práticos, perseguidos por um grupo e aplicados por uma autoridade” (GIRARD apud SARAVIA, 2001, p.66). Ou, ainda, segundo Joaquim Falcão, política pública seria “um conjunto articulado e fundamental de decisões, programas, metas, recursos e instituições, a partir da iniciativa do Estado” (FALCÃO, 1984, p.45).

Outras mais poderíamos acrescentar, mas a partir destas já podemos identificar como próprios das políticas públicas, objetivos, metas, “fins últimos” que se realizam por meio de ações, programas, “meios práticos”, apoiados na presença de uma autoridade (no caso, o Estado). Também nos parece clara a necessidade de uma ideologia, a qualificar objetivos e metas a serem perseguidos.

Entendemos a política pública, no campo da conservação de acervos documentais, como parte da política cultural elaborada e implementada pelo Estado. E falar de política cultural implicar, necessariamente, o esclarecimento da maneira como entendemos a cultura e alguns dos conceitos a ela correlatos, como o de contextos culturais.

A partir da constatação do quanto é difícil elaborar uma definição sumária do que seja cultura, Joel Rufino dos Santos sugere o uso de uma definição funcional: como é que a cultura funciona? “Se conseguirmos descrever a maneira como funciona, estaremos perto de uma definição do que seja cultura”, definição esta que, entre outras possibilidades, “poder ser usada por um governo interessado em realizar políticas públicas na área da cultura” (SANTOS,2001,p.140).

Com o desenvolvimento da história ocidental, a palavra cultura foi ganhando novas acepções, entre elas, a cultura como progresso do espírito, sentido este muito presente nos sécs. XVIII e XIX. Ainda, nesta época, não deixou de existir o conceito mais vulgar a ela atribuído, qual seja, “produto superior de espíritos superiores: as belas letras, a bela música, as artes do espírito” (SANTOS, 2001, p.141). O autor chama atenção para o fato de que é preciso estar atento ao papel desempenhado pelo “agente” do Estado junto às classes menos favorecidas, para não incorrer no erro de querer ser o “portador daquilo que nós, espíritos cultivados, temos e fazemos”, que precisa ser levado àqueles espíritos não cultivados (SANTOS, 2001, p.141). Não raramente, é este agente visto como “o intelectual”, figura por vezes caricata, por outras endeusada, erroneamente entendido como aquele que Sonia Mendonça diz ser o “ser dotado da excelência conferida pelo monopólio da erudição e, por isto mesmo, distanciado do conjunto da sociedade”(1995, p.70).

Com o desenvolvimento da antropologia, no século XX, a acepção da palavra cultura ganha novo significado, passando a designar “toda e qualquer maneira que tem o grupo social de organizar sua relação com a realidade”, de dar um sentido, um

significado a essa relação com a realidade. É esse o sentido que costuma ser apropriado pelas ciências sociais, ou seja, “qualquer povo, de qualquer lugar, tem cultura”. Ela não é privilégio de ninguém. Há cultura, sempre que existe ser humano, sempre que um grupo está se relacionando com o real. (SANTOS, 2001, p.141/142).

Também no século XX, começa a se desenvolver e a se impor o conceito de “contextos culturais”: maneiras de organizar as relações do real, que fazem sentido dentro delas mesmas. É “como se fossem campos de força, que fazem sentido em si mesmos”: o termo “cultura erudita”, por exemplo, é tudo que faz sentido para os eruditos. (SANTOS, 2001, p.142).

É útil pensar na política como tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos, ao governo da cidade e dos negócios públicos, o que nos leva a pensar em política cultural como a “ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários, orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas” (SOUZA; FARIA, 2004, p.1). Entretanto, raramente encontra-se uma política municipal ou estadual de cultura como parte do planejamento dos governos locais. O setor costuma ser visto como um conjunto de ações ou programas desarticulados (oficinas, exposições, bienais, festivais, etc.) e não é considerado constitutivo da vida das comunidades, nem fundamental para o desenvolvimento social e cultural ou para a melhoria da qualidade de vida.

Celso Furtado, um ferrenho defensor da relação entre cultura e desenvolvimento, já lembrava que a qualidade de vida da população nem sempre melhora com o avanço da riqueza material: alguns segmentos populacionais melhoram de vida (material), mas não de padrão cultural. (FURTADO, 1998, p.69). Furtado advogava: “se a política de desenvolvimento objetiva enriquecer a vida dos homens, seu ponto de partida ter que ser a percepção dos fins, dos objetivos que se propõem a alcançar os indivíduos e a comunidade”.

Esses fins, valores das coletividades, seriam determinados a partir de sistemas simbólicos que constituem as culturas, e, portanto, “a dimensão cultural dessa política deverá prevalecer sobre todas as demais” (1998, p.70).

A visão de Celso Furtado sobre as relações entre desenvolvimento e cultura – esta como dimensão daquela – deveria ser exaustivamente lembrada por todos os escalões definidores de políticas, neste nosso país. Desta forma, decisões visando a preservação de bens culturais, a serem tomadas em qualquer nível e com qualquer amplitude – de um conjunto urbanístico às coleções documentais – fariam, forçosamente, valer a coerência do sistema de cultura, sobre a prevalência da lógica da acumulação.(1998, p.71).

E que melhor maneira haveria de vencer essa batalha, senão pela participação ativa do cidadão no que Souza e Faria chamam de dinâmica da cidade? (1995, p.1). O centro desta concepção – democracia cultural – seria o trabalho com a chamada cultura local, enfatizando-se a *cultura por todos*: o mais importante deixa de ser o “acesso” aos bens culturais e passa a ser a “participação” na criação e nos processos culturais (enfoques não excludentes, mas sim complementares). O resgate das culturas de comunidades esquecidas ou de raízes culturais, passam a ser parte importante deste processo de democratização. E essa política, responsável pela participação cidadã, que possibilitará a democratização do processo de decisão para preservação. Aspiração, portanto, de uma prática democrática voltada para o patrimônio documental do país.

Política de preservação do acervo documental. Cenários e atores da criação do SPHAN

São quase inexistentes as iniciativas do poder público, em nosso país, voltadas à proteção do patrimônio de bibliotecas e arquivos. No âmbito deste artigo, vamos nos ater à política implementada pela instituição que, no Brasil, tem a tarefa de zelar pelo patrimônio histórico e artístico nacional: o IPHAN. Nosso interesse reside na problematização de declarações como a que segue:

(...)mesmo críticos renitentes aceitariam que a experiência de preservação do assim chamado patrimônio histórico e artístico nacional constitui a política cultural mais bem sucedida na área pública deste país (MICELI, 1987, p.44)

Parece-nos fundamental apontar para o fato de que, embora possa ser feita uma avaliação positiva da atuação do IPHAN, em se tratando dos monumentos ditos de pedra e cal, o mesmo não é verdade quando se trata do chamado patrimônio documental, sujeito das nossas preocupações. Preocupações estas, igualmente expressas no “texto inspirador” da instituição – o anteprojeto de Mário de Andrade – e incluídas em seu texto fundador, o Decreto-lei 25.

Quais teriam sido os motivos desse “abandono”? O estado de degradação em que se encontrava a maioria do patrimônio edificado por todo o país costuma ser usado como forte razão para a escolha feita. Entretanto, uma análise sumária da trajetória do IPHAN, a partir de sua criação, em 1937, aponta para outras questões, a nosso ver mais relacionadas ao momento histórico em que foi implantado, e ao corpo técnico e diretivo por ele responsável.

E que momento foi este? Qual o contexto em que foi criado o serviço do Patrimônio? Para Helena Bomeny, 1930 foi “o marco simbólico e histórico da formulação de uma política de Estado voltada para as manifestações de cultura, e dentro dela, da idéia de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional” (1995, p.14).

Castro Faria remete à criação de outras instituições a serem tomadas como referência, todas marcadas pela **questão do nacionalismo**, como o Conselho de Expedições Artísticas e Científicas, o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o Museu Histórico.

Nacional, nas quais notava-se claramente o controle do espaço e das pessoas, características do Estado Novo (1995, pp.29/35). No Museu Histórico Nacional é criada, em 1934, a Inspeção de Monumentos Nacionais, “iniciativa pioneira do poder público no

sentido de institucionalizar uma ação de proteção do patrimônio cultural brasileiro” (CHUVA,1995, p.7). A Inspetoria tinha como função a inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos. Entretanto, em 1936, o Ministro da Educação Gustavo Capanema entra em contato com Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, expondo sua preocupação com monumentos e demais obras de arte de todo o país e solicitando-lhe que redigisse um anteprojeto para organização de um serviço nacional de defesa do patrimônio artístico brasileiro. A Inspetoria de Monumentos Nacionais não participa da formulação das bases do novo órgão, vindo a encerrar suas atividades quando o mesmo criado.

Autores e atores: o anteprojeto do SPHAN

Quais foram os mentores e gestores desse serviço do patrimônio? A responsabilidade pelo perfil que seria dado ao novo órgão parece ser matéria de desavenças, com contendores tentando colá-lo às personalidades, ora de Mário de Andrade, ora de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Segundo Lygia Martins Costa,¹ fiel companheira de Rodrigo nas lutas do patrimônio, o Decreto-lei nº25, de 30 de novembro de 1937, célula-mater da instituição, “(...) a despeito da colaboração havida, é de conceituação, articulação e expressão genuinamente rodriguianas” (MEC, pp.107 e 11, apud COSTA,2002, pp.77/78).

Há farta literatura em relação a Mário de Andrade, intelectual vinculado à corrente modernista. Entretanto, como é pouco o espaço de que dispomos, faremos apenas ligeiras menções a essa personalidade, utilizando as pistas que, a seu respeito, fornece Helena Bomeny. Segundo ela, as viagens que Mario realizou pelo interior do país foram fundamentais para dar-lhe a dimensão da pluralidade cultural: em 1917 e 1924, viaja a Minas (onde conhece o barroco mineiro) e antes de 1930, vai ao nordeste, munido não apenas com a câmera, mas com o olhar de etnógrafo (1995, p.15). É

em 1937, quando exercia a chefia do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, que Mário de Andrade recebe o convite para organizar um serviço voltado para a preservação do patrimônio artístico nacional. Nele, vai imprimir sua personalidade multifacetada, da qual fazia parte uma inextinguível capacidade de “inclusão”. Como conseqüência, pretendia “preservar para o Brasil todo o conjunto de manifestações culturais e artísticas espalhadas de forma desorganizada, escondidas dos próprios brasileiros....”. Da mesma forma, acreditava que “...todo o universo da produção cultural depositada ou criada no Brasil, deveria estar contemplado em um projeto de lei regulador das atividades de preservação da memória, da história e da cultura nacionais” (BOMENY, 1995, p.18).

Além desse caráter abrangente, outra faceta de Mário de Andrade a ser refletida no anteprojeto é ser altamente centralizador, uma vez que “desconfiava da possibilidade de distribuição de tarefas e de descentralização das responsabilidades funcionais”, o que, como já vimos, era característica de uma época e de inúmeras instituições então criadas (BOMENY, 1995, p.19).

O anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-Lei 25

No anteprojeto de Mário de Andrade, o Patrimônio Artístico Nacional definido como sendo “todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil” (MEC, 1980, p.90). Menciona, explicitamente, gravuras e mapas, como parte da iconografia estrangeira referente ao Brasil, além da coleção Brasileira: “todo e qualquer impresso que se refira ao Brasil, de 1850 para trás. Todo e qualquer manuscrito referente ao Brasil, velho de mais de 30 anos, se inédito, e de 100 anos, se estrangeiro e já publicado por meios tipográficos” (MEC, 1980, p.93) (grifo nosso).

O serviço do patrimônio, órgão sugerido no anteprojeto, começa a funcionar em caráter experimental (já com a denominação

de SPHAN) sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, escritor e jornalista, cuja indicação havia sido submetida a Mário de Andrade. A primeira tarefa de Rodrigo será a de redigir o esboço de anteprojeto de lei federal para a criação do novo órgão. O Decreto-lei nº 25, é promulgado em 30 de novembro de 1937, organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, o SPHAN, a mais antiga entidade oficial de preservação dos bens culturais na América Latina. Ser mais uma agência estatal com a finalidade de definir as formas de seleção e proteção do patrimônio cultural através de legislação própria. Atuaria “respaldado pelo conceito de identidade nacional, exercendo seleção da produção pretérita a ser eternizada, assim como da futura, que figurar ao lado desse *pantheon* construtivo” (CAVALCANTI, 1995, p.43).

Uma comparação entre os dois instrumentos – o anteprojeto de Mário de Andrade e o Decreto-lei nº 25, não deixa dúvidas sobre as semelhanças entre ambos. As diferenças podem ser debitadas estrutura formal do decreto, à maneira econômica de descrever o que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional¹, e omissão, essa sim uma característica restritiva do decreto lei 25, do atualmente muito popular “patrimônio imaterial”.

Opção inequívoca dos arquitetos, ou simplesmente a opção possível?

Segundo Lauro Cavalcanti, o grupo de arquitetos a participar da criação e gerenciamento do SPHAN, articulado pelo ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, era representado pelos chamados “modernos” em oposição aos “acadêmicos” ou “neocoloniais”. Para estes, não tinha qualquer importância as “coisas brasileiras”, não sendo possível, portanto, o resgate de obras de valor em um conjunto ao qual não atribuíam a menor importância.

Sonia Mendonça chama nossa atenção para o papel de “juízes supremos” exercido por membros das agências públicas de gestão de

bens culturais, responsáveis pela produção de uma “classificação oficial”. Caberá a eles legalizar um capital cultural qualquer, que tenderá a assumir o status de “valor universal ou nacional” (1995, p.78).

Como se vê, o tema “seleção” apresenta-se de forma recorrente em toda essa discussão, revestindo-se de excepcional importância, na medida em que ser responsável pela constituição da memória coletiva do país: o fato dos “modernos” terem ganho o embate lhes dá o direito de “escolha” do que ser preservado. E nunca é demais lembrar qual a escolha feita pelos “juizes supremos”: privilegiaram o chamado “patrimônio de pedra e cal” como objeto das políticas e ações desenvolvidas pelo Serviço do Patrimônio, desde sua criação, como atestam incontáveis declarações.² Transcrevemos, como síntese de todas elas, a de Sérgio Miceli (1987, p.44):

No que concerne aos segmentos da cultura material selecionados, firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de “pedra e cal” em detrimento de outras modalidades de acervo, a começar pelos materiais impressos passíveis de serem processados em arquivos e bibliotecas.

Não parece que o que chamamos de “abandono” do acervo documental deva-se a questões objetivas ligadas à falta de recursos. Pelo que vimos, tendemos a conjugar a existência de corpo técnico e diretivo predominantemente formado por arquitetos, com a inexistência de informação sobre os problemas que afetam a conservação dos acervos documentais, tendo em decorrência a não-consciência sobre esses problemas e as conseqüentes tentativas de solucioná-lo.

Conscientização dos níveis decisórios para preservação

Para começar, um breve esclarecimento conceitual, assumindo as inexatidões ao falarmos de conceito em campo ainda não consolidado, como o da preservação/conservação de bens culturais.

Alguns conceitos

Entendemos preservação de modo extremamente abrangente, compreendendo todas as ações desenvolvidas pela instituição, visando retardar a deterioração e possibilitar o pleno uso de todos os documentos sob sua guarda (ZÚÑIGA, 2002, p.73)³. Diz respeito tanto às ações preventivas quanto às interventivas.

Já a conservação compreende o tratamento, ou seja, a intervenção, a fim de possibilitar ao usuário o manuseio do documento sem que represente qualquer risco sua integridade física. No Brasil, denominamos esta atividade de conservação / restauração.

Por conservação preventiva, nos referimos ao conjunto de ações não interventivas, que visam a prevenir e retardar os danos que possa sofrer o acervo como um todo, minimizando a deterioração dos documentos arquivísticos. Fazem parte das ações de conservação preventiva a criação de um meio ambiental estável, incluindo a utilização de métodos seguros para manuseio e guarda, a cópia de materiais instáveis em suportes estáveis, ou o treinamento de usuários e funcionários, entre outras atividades.

Aos poucos, as atividades caracterizadas como conservação preventiva, de caráter eminentemente gerenciais, foram tomando espaço nas instituições antes dedicadas tão somente às práticas da conservação / restauração. Essa nova maneira de abordar a preservação dos bens culturais originou-se de uma conjunção de fatos, entre eles a enchente de Florença, em 1966, e o descobrimento dos “livros quebradiços” nas bibliotecas americanas. Em ambos os casos, foi de tal maneira elevado o número de itens atingidos, que os procedimentos usualmente adotados para o tratamento das coleções – tratamento individualizado - demonstraram ser de todo improdutivos e ineficazes.

No seu início, a conservação preventiva havia contado com grande descrença por parte dos profissionais da área. Uma das possíveis causas para tal foi a crença equivocada de que poderia ser

exercida por qualquer profissional sem treinamento específico, o que deveu-se, em parte, à identificação desta atividade com aquelas desempenhadas rotineiramente em uma instituição. De fato, não é de hoje que arquivistas e bibliotecários, além dos administradores de suas instituições, tomam para si a tarefa de preservar a documentação manuscrita ou impressa sob sua guarda, tentando dar a ela a melhor proteção e uso possíveis, além de manter as áreas de guarda e o edifício, ou cuidar da segurança dos documentos. Entretanto, a grande diferença introduzida com o conceito de conservação preventiva reside na ampliação do olhar direcionado instituição, que passar a ser vista como um todo, de forma integrada, a ser conduzida por meio de técnicas gerenciais.

Gael de Guichen (1995), um dos precursores na utilização dos conceitos de conservação preventiva, traduz bem a mudança de mentalidade ocorrida nas instituições, à medida em que adotavam os novos conceitos:

- quem pensava em objetos, agora pensa em coleções;
- quem pensava em salas, deve pensar em edifícios;
- quem pensava em semanas, deve pensar em anos;
- quem pensava em pessoas, deve pensar em equipe;
- quem pensava em gasto a curto prazo, deve pensar em investimento a longo prazo;
- quem pensava no dia-a-dia, deve pensar em programas e prioridades.

Como se pode imaginar, essa mudança, ocorrida lentamente, criar as condições para que as camadas hierárquicas responsáveis pelas decisões a serem tomadas em âmbito institucional, tenham real conhecimento dos problemas que afetam as coleções sob sua guarda e participem, de forma ativa, das decisões que envolvem os procedimentos de preservação.

Além do deslocamento do foco – do individual para o coletivo –, outro dado característico das ações de conservação preventiva a sua interdisciplinaridade. O profissional da área tem plena consciência do quanto necessita da contribuição de especialistas com

os mais variados perfis, reflexo da nova maneira de encarar a relação entre os documentos e todo o seu entorno. Com isso, estamos dizendo que não basta um profissional consciencioso cuidar de documentos, como se itens autônomos fossem. Pois esses itens, orgânicos e inorgânicos, interagem com invólucros a eles destinados e reagem ao meio ambiente em que se encontram, na dependência de sua composição química e física. E bastaria essa afirmação para darmos conta da quantidade de conhecimentos específicos nela englobados, conhecimentos estes detidos por químicos, biólogos, engenheiros, arquitetos, sem falar nos profissionais tradicionalmente envolvidos com coleções e acervos, como arquivistas, bibliotecários ou museólogos. Estamos falando, portanto, da necessidade do “olhar abrangente” a que gostamos de nos referir, quando tratamos do profissional da conservação preventiva. Abrangência essa que não se limita às especificidades dos vários setores, às especialidades com que o profissional da conservação preventiva dialoga, mas se estende também aos vários escalões hierárquicos das instituições.

Como fazer para que detentores de tão variados saberes e funções se sintam responsáveis pela preservação das coleções?

Vamos lançar mão de um instrumento de planejamento capaz de envolver a todos os funcionários, graças ao método de trabalho baseado em reuniões setoriais. Com ele, ser possível operacionalizar objetivos e políticas, equacionando as necessidades de recursos humanos ou de equipamentos, levantando os custos necessários, estabelecendo prioridades e organizando-as em um cronograma de trabalho, a curto, médio e longo prazo, capaz de atender instituição como um todo. Estamos nos referindo ao Programa de Preservação, instrumento capaz de pôr em prática as ações de preservação no âmbito da instituição.

O Programa de Preservação

O Programa é um plano escrito, formado pelo conjunto de ações que dizem respeito às necessidades de preservação do acervo

de uma instituição, estabelecidas por meio de um processo de trabalho coletivo e baseadas em prioridades também definidas em conjunto (ZÚÑIGA, 2002, p.77). A nosso ver, o desenho de um Programa em uma instituição arquivística, assenta-se basicamente sobre dois eixos: “conhecimento dos problemas existentes’! diagnóstico de preservação tomada de decisão de preservação’! estabelecimento de prioridades”(Idem).

Conhecer os problemas existentes, não resta dúvida, é o primeiro passo rumo à solução. Não é nosso intento discorrer, aqui, sobre os intrincados métodos utilizados na elaboração de um diagnóstico capaz de dar a conhecer os problemas da área, possibilitando que se calcule o risco que corre o acervo¹. Mas para servir de norte ao raciocínio a ser desenvolvido, vale dizer que necessário fazer um levantamento tão minucioso quanto mais precisas serão as decisões tomadas. Mary Lynn Ritzenthaler, chefe do laboratório de conservação de documentos do Arquivo Nacional em Washington, elaborou uma listagem básica dos dados necessários em tal levantamento (RITZENTHALER,1983, apud. ZÚÑIGA, 2002, pp.78-79). Diz ela que “é importante ter em mente que, para entender como se comportam os vários suportes encontrados em depósito, é preciso conhecer sua composição e a maneira como interagem com o meio ambiente” (1983). O levantamento deverá, ainda, conter informações sobre prédio e meio ambiente, sobre sala de consultas e depósito, além do nível de organização em que se encontram as coleções. Uma vez conhecidos os problemas e os pontos positivos, tanto das coleções quanto do seu entorno, resta-nos analisar os dados obtidos e elaborar um diagnóstico. A partir dele, saberemos claramente quantos e quais itens estão em ótimo estado, quantos e quais não podem ser consultados, ou ainda, quantos e quais necessitam apenas de proteção adicional. Poderemos também identificar as razões dos problemas apontados e tirar uma gama de conclusões em função da complexidade do acervo, da quantidade de itens que o compõem e do cruzamento entre todos os fatores de risco.

De posse do diagnóstico, passamos à etapa que se constitui no segundo eixo do Programa de Preservação: a tomada de decisão para a preservação com o estabelecimento de prioridades. É no decorrer deste processo, tomado aqui como paradigma da democratização das decisões de preservação, que a multiplicidade de saberes e atividades, representadas nas equipes constituídas no decorrer das atividades do Programa de Preservação, vai encontrar o canal para expressar suas opiniões. E isto porque os dados obtidos pelos levantamentos e diagnósticos realizados serão amplamente conhecidos e debatidos, por inúmeras equipes - daí a importância dos grupos interdisciplinares e multifuncionais - possibilitando decisões mais conscientes e responsáveis.²

Tomamos este processo como paradigma por nele estarem representadas as mudanças a que se referia Gael de Guichen: o fato de todos tomarem conhecimento dos problemas que afetam as coleções, vai permitir que as soluções contemplem o acervo institucional como um todo (e não mais a “minha” ou a “sua” coleção); vai permitir que se desloque o eixo decisório das mãos de uma pessoa para a equipe³; vai permitir que sejam traçados planos a curto, médio e longo prazo, cujo gerenciamento vai equacionar custos e otimizar os investimentos.

A sistemática de trabalho adotada pelo Programa de Preservação, de privilegiar a formação de grupos de discussão e decisão, pode não ser a mais fácil, mas sua eficácia será demonstrada no decorrer do processo. Basta que se faça uma experiência com membros de diferentes equipes da instituição, pedindo-lhes que indiquem prioridades de tratamento: as respostas serão as mais díspares, ainda que a maioria esteja embasada em um raciocínio lógico a sustentar-lhe os argumentos.

A importância do processo de seleção

Por vezes, a questão da seleção para preservação é considerada de forma secundária pelos arquivistas, sob o argumento de que a

documentação sob tutela já sofreu a seleção da gestão de arquivos durante o curso normal da documentação arquivística. Além disso, “A formação e mentalidade dos arquivistas fazem com que se inclinem muito mais para a conservação global do que seleção e eliminação” (VILAVERDE,2001, p.47). Em reunião da Mesa-Redonda de Arquivos (CITRA) ocorrida em Marseille, em 2002, Pierre Nora, historiador “da França e de sua memória nacional”, como gosta de ser identificado, falou à audiência sobre o afã de tudo guardar que atinge não apenas aos, mortais, mas instituições, como os arquivos. Ele alega que, no bojo das transformações sofridas pela memória e pelo arquivo, está o alargamento da noção de “arquivo”, coloquialmente tomado como “depósito de nossa papelada”. Ou seja, tudo é memória, tudo é arquivo. Antigamente, continua ele, sabia-se o que conservar e quem consumia o que fosse conservado. Hoje, com a velocidade em que tudo se passa, o fenômeno de caráter histórico já obsoleto ao ser produzido, e o “imperativo da memória, longe de se relacionar com lembrança, tem a ver, fundamentalmente, com uma “ansiedade da perda” (NORA,2003, p.47). Guardamos tudo, já que o futuro é incerto. (o que será preciso, no futuro, para que entendam quem fomos, o que pensávamos?). Então, se antes o futuro era construído com o conhecimento do passado, agora que estamos inseguros em relação a esse futuro, não temos claro o que ser necessário guardar para prepará-lo. Somos então acometidos pelo “escrúpulo da perda”. Essa seria, a seu ver, a razão da hipertrofia da memória. E declara: **“o métier do arquivista passa a ser menos o conservar e mais o que destruir”**. (NORA,2003, p.48 - grifo nosso).

Acreditamos, entretanto, que seria de todo útil não perder de vista o fato que, embora o processo de seleção seja inapelavelmente subjetivo, dotá-lo de critérios objetivos ajudaria, na medida do possível, a reduzir a “ansiedade da perda” a que se refere Nora. Afinal, a escolha de um documento, ou de um lote de documentos para sofrerem algum tipo de tratamento de conservação – ou mesmo de preservação – implicar a NÃO-ESCOLHA dos demais, na mesma situação, talvez até em pior estado físico.

Por que um e não outro? Por que a opção pelo “abandono” de uns em detrimento da “valorização” de outros? Na realidade, qualquer escolha implica a “não-escolha”. De fato, temos consciência de que, ainda que muito quiséssemos, não haveria meios suficientes para o tratamento de todo documento que adentre nossas instituições. E esta constatação nos leva de volta à pergunta recorrente: quais documentos devem ser mantidos? Quem e de que maneira decide como preservá-los?

A fim de facilitar um processo por natureza subjetivo, vamos tomar emprestado da prática de seleção para preservação alguns de seus critérios, e acrescentá-los aos habitualmente utilizados pelos arquivistas. Não é a intenção detalhar nenhum deles no decorrer deste artigo – o que pode ser feito pela consulta bibliografia específica⁴. Estamos, sim, mais interessados em dimensionar os problemas que poderão surgir no decorrer do processo de seleção.

Uma das questões a suscitar inúmeras dúvidas costuma ser a referente ao conceito de valor intrínseco, uma vez que esbarra em problema crucial, qual seja, o significado de “valor”. Christine Ward, chefe do serviço de arquivos do New York State Archives, diz que os arquivistas devem estar conscientes de que “qualquer que seja a interpretação do conceito de valor intrínseco feita pela instituição, “valor” é um critério chave na identificação de materiais para preservação” (WARD, 2000, p.70). Aliás, sempre oportuno relembrar as “Qualidades e características de registros com valor intrínseco” listadas por Margaret Child em artigo na coleção CPBA (vol.33 a 36), uma vez que o valor intrínseco vai exercer grande influência nas prioridades para a preservação, determinando freqüentemente o tipo de procedimento a ser adotado em relação aos itens: se microfilmados, ou digitalizados, por exemplo (1997,38-40) . (CHILD,1997,pp.31-40).

Entretanto, os problemas referentes a “valor” estão longe de se esgotarem nas discussões que tentarão estabelecer o valor intrínseco dos documentos. Eles se estendem, por exemplo, a outros valores tais como: informacionais, históricos, administrativos (refere-

se à utilidade funcional dos documentos), associativos (quando têm relação a algum indivíduo, lugar ou grupo eminente), evidenciais (quando podem servir de prova legal ou histórica de uma atividade ou evento), monetários (refere-se ao valor de mercado) (ZÚÑIGA, 2002, p.80).

Uma vez que já tenham sido atribuídos valores aos documentos que correm maior risco, sua seleção poder ser menos problemática, já que podemos utilizar métodos mais objetivos. Uma das possibilidades será cruzar essas informações, referentes ao valor dos documentos, com indicadores do tipo frequência de uso e estado de conservação, obtidos no levantamento realizado, ou com os recursos disponíveis e condições ambientais, capazes de permitir um planejamento estratégico competente. O fundo documental que tenha sido considerado de alto risco com alto valor, por exemplo, merecer um tratamento imediato, enquanto um outro de alto risco e baixo valor poderá não ser tratado⁵ (esta é uma abordagem extremamente simplificada, sendo fundamental uma consulta bibliografia indicada na nota nº5). É certo que, só então, de posse de todos os dados obtidos com o levantamento realizado, com o processo de análise destes dados e com os diagnósticos obtidos que estaremos prontos para iniciar a fase de tomada de decisão, estabelecendo as priorizações necessárias.

Conclusão

O Presidente Lula, em recente discurso realizado na Embrapa, foi incisivo ao declarar: “Muitas vezes, não basta a vontade política para fazer as mudanças necessárias – é preciso uma disposição política de fazê-lo, mas é preciso também que haja as condições de fazê-lo”⁶. Parece-nos claro que a simples vontade de realizar alguma tarefa, nem sempre é suficiente. Nem mesmo quando essa vontade parte da autoridade máxima de alguma instituição ou do Estado, ela parece determinante. É preciso que venha amparada por uma forte determinação executiva, que haja condições reais para realizá-la,

tendo também muito a lucrar, se amparada por um quadro de políticas públicas a lhe dar suporte. De outra maneira a vontade, mesmo política, poder ser refém de condições adversas.

Analisando o caso do IPHAN, responsável no país por uma política de preservação considerada bem sucedida, vimos como deixou que a proteção aos bens imóveis ocupasse todo seu espaço de atuação. Buscamos uma possível justificativa nos documentos que lhe deram origem, tentando verificar se os acervos de bibliotecas e arquivos haviam sido excluídos da relação de bens patrimoniais a serem preservados, deliberadamente ou não. E encontramos duas situações um tanto similares: no anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, são mencionados explicitamente tanto as obras de arte sobre papel (como gravuras ou mapas) quanto manuscritos ou impressos referentes ao Brasil. Já no Decreto-lei 25, são mencionados, sucintamente, os bens imóveis de “excepcional valor bibliográfico ou artístico”.

O que nos pareceu importante, em ambos os casos, é que a instituição nasceu de um pensamento abrangente, que não se voltava a um só gênero patrimonial, mas trazia para si de fato, e não apenas no nome, a tarefa de preservar o que seria o “patrimônio histórico e artístico nacional”.

Pensando na exclusão de que, historicamente, se ressentiu o patrimônio documental, desde a criação do IPHAN, indicamos como justificativa o fato da não conscientização dos níveis decisórios para os problemas que envolvem a área, impossibilitando que fossem, por este motivo, tomadas decisões, traçadas metas ou alocados recursos, que configurassem políticas a partir de iniciativas do Estado.

No decorrer deste artigo, passamos pelas políticas construídas sobre a noção de cultura, inclusive de democracia cultural, que nos interessou na medida em que propõe a “participação cidadã” na criação e nos processos culturais, em modelo que se assemelha aos preconizados pelos métodos de trabalho do Programa de Preservação discutido ao longo deste artigo. Demonstramos o quanto é importante o processo de seleção, acoplado à tomada de decisão, e vimos o quanto a descentralização das atividades de preservação e sua integração às

atividades rotineiras da instituição podem trazer benefícios para as coleções. Estes são, certamente, métodos capazes de propiciar uma maior inclusão das equipes institucionais aos processos de decisão e uma geração de decisões mais conscientes, possibilitando um encontro mais eficaz entre os níveis decisórios institucionais – enriquecidos de informação e cientes da importância do acervo sob sua guarda – e os formuladores de políticas públicas.

Notas

¹Doutora em ciência da informação pelo IBICT/UFRJ, vice-presidente da Associação Brasileira de Conservadores/Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR.

¹Museóloga graduada em 1939 pelo Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, tendo sido conservadora do recém-criado Museu de Belas-Artes a partir de 1940. Ingressou no então SPHAN em 1952.

²“O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”, MEC, 2004, p.111.

³ Arespeito, ler: (FALCÃO, 1984, p.24); (CASTRO FARIA, 1995, p.38); (COSTA, 2002, p.297 e 303).

⁴Baseiam-se no mesmo texto as demais considerações referentes aos conceitos da área.

⁵ Consultar bibliografia básica no site do projeto CPBA: www.cpba.net, especialmente volumes 30 a 36; e no site da ABRACOR, Associação Brasileira de Conservadores/Restauradores de Bens Culturais: www.abracor.com.br/novosite/

⁶ Para uma exposição detalhada de como pode se dar este processo ver Merrill-Oldham, Jan e Jutta Reed Scott, 1997.

⁷ É importante ressaltar que nos referimos tão somente às decisões e escolhas de preservação

⁸ ver nota nº5

⁹ ver nota nº5

¹⁰ site da Radiobrás: www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_290403_-3, consultado em 15.09.04

Referências bibliográficas

BOMENY, Helena Bousquet. O Patrimônio de Mário de Andrade. In: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** p.11-25. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

CAVALCANTI, Lauro.(org). **Modernistas na Repartição.** 2.ed. Rio de Janeiro:Ed.UFRJ/MinC-IPHAN, 2000.

_____. Encontro moderno: volta futura ao passado. In: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** p.41-53. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995

CHILD, Margaret. Considerações complementares sobre “Seleção para preservação – uma abordagem materialística”. In: **Planejamento de preservação e gerenciamento de programas.** Rio de Janeiro, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. Arquivo Nacional, 1997.

CHUVA, Márcia. Apresentação. In: **A Invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p.7-9.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. Políticas de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, SPHAN/MinC, 1984. n.20.

FARIA, Luiz de Castro. Nacionalismo, Nacionalismos – dualidade e polimorfia. In: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 27- 40.

FURTADO, Celso. Dimensão Cultural do Desenvolvimento. In: **O Capitalismo Global.** SP: Paz e Terra, 1998.

_____. Que somos? In: **Revista do Brasil** 2, p.12-18. 1993.

GUICHEN, Gael. **Cahiers d'Études.** Comit de Conservation (ICCOM-CC). Bruxelles, 1995.

KNOEPFEL, P. Institutions, Cultural Policies, and Cultural Values. In: BAER, N.S. and F.SNICKARS (Ed.) **Rational Decision-making in the Preservation of Cultural Property.** Berlin, Dahlem, University Press, 2001.

MEC/SPHAN/pr-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória.** Brasília: SPHAN/pr-Memória, 1980.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Por uma sócio-história do Estado no Brasil. In: **A invenção do Patrimônio: continuidade e ruptura na**

constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p.67-80.

MERRIL-OLDHAM, Jan; REED-SCOTT, Jutta. **Programa de planejamento de preservação**: um manual para auto-instrução de bibliotecas. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos Arquivo Nacional, 1997.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, SPHAN/MinC, 1987.

NORA, Pierre. Missions et enjeux des archives dans les sociétés contemporaines. XXXVI CITRA – Round Table on Archives. Marseille, France. 12-15 novembre 2002. In: **Comma**. 2003, n.2/3.

RITZENTHALER, Mary Lynn. **Archives & Manuscripts**: Conservation. A Manual on Physical care and Management. Chicago: Society of American Archivists. 1983. pp.66-78.

SANTOS, Joel Rufino dos. Educação e Cultura – Juntas ou Separadas. In: ALMEIDA, Candido Jos Mendes de et al (Org.). **Cultura brasileira ao vivo – cultura e dicotomia**. Rio de Janeiro: Ed.Imago, 2001, p.139-147.

SARAVIA, Enrique. Política e Estrutura Institucional do Setor Cultural na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. In: MOISÉS, Jos Álvaro et. Al. **Cultura e Democracia**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001. 2. v. (Cadernos do nosso tempo. Nova série; 5).

SOUZA, Valmir de e FARIA, Hamilton. Política Municipal de Cultura. **Dicas**. n.116, BNDES, 1998. Acessado em 9.9.2004, em <http://federativo.bndes.gov.br/dicas>

VILAVERDE, Maria Luisa Conde. Evolución de los Principios de la Adquisición y la Selección, in: XXXV Conférence Internationale de la Table Ronde des Archives (CITRA). Reykjavik, outubro 2001. **Comma**. 2002 n.1/2

WARD, Christine. Preservation Planning Program for Archives and Historical Records Repositories. In: BANKS, Paul N. e PILETTE, Roberta (ed.) **Preservation: Issues and Planning**. Chicago and London: American Library Association, 2000. p.43-62.

ZÚÑIGA, Solange Sette Garcia de. Políticas de Preservación: del concepto a la practica. Comunicação apresentada no Primer Simposio Electrónico Internacional "Conservación Preventiva en Bibliotecas, Archivos y Museos". Um evento conjunto de Fundación Património Histórico e Sociedad Argentina de Información. Buenos Aires, 22 abril a 24 de maio de 2003.

_____. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. In: **Registro**: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba. Ano 1, n.1. julho 2002. Indaiatuba (SP): Fundação Pr-Memória de Indaiatuba. 2002, pp.71-89.

Abstract

Starting from the relationships among culture, cultural politics and public politics and analyzing IPHAN's context of political preservation creation, we discuss the role of the preservation program as a democratization vehicle for making the preservation decisions. We defend the necessity for involving the responsible ones for archival institutions in the decisions related to preservation as a model the process democratization of such project.